



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 47/XIII/ 2.ª SL

Aos 26 dias do mês de outubro de 2016, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
 2. *Apreciação e votação das Atas n.ºs 45 e 46, respetivamente de 12 e 19 de outubro;*
 3. *Discussão e votação do Parecer sobre a PPL n.º 36/XIII/2.ª, que «Aprova as Grandes Opções do Plano para 2017» - Autora do Parecer: Deputada Ângela Guerra;*
 4. *Discussão e votação do Parecer sobre a PPL n.º 37/XIII/2.ª, que «Aprova o Orçamento do Estado para 2017» - Autor do Parecer: Deputado João Gouveia;*
 5. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 105/XIII/1.ª - Pretendem a «Criação do Dia Nacional da Anemia» - Relatora: Deputada Marisabel Moutela;*
 6. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 129/XIII/1.ª - «Pretende uma medida legislativa que obrigue a indústria alimentar a diminuir o açúcar nos alimentos» - Relatora: Deputada Isaura Pedro;*
 7. *Discussão e votação do Parecer do «Relatório Anual de Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS e entidades convencionadas», referente a 2015 - Autor do Parecer: Deputado Miguel Santos;*
 8. *Outros assuntos.*
- 11:30 Audiência da Associação Portuguesa de Fisioterapeutas para «Partilha de ideias sobre a saúde e o papel da Fisioterapia em Portugal».*

1. Informações

O Vice-Presidente, Deputado Moisés Ferreira, presidiu à reunião da Comissão, iniciando os trabalhos com a informação de terem dado entrada na Comissão as seguintes Propostas de Lei: n.º 32/XIII, sobre o regime jurídico da qualidade e segurança dos tecidos e células, que baixou na especialidade; n.º 33/XIII, sobre o registo oncológico nacional, que baixou à Comissão na especialidade; n.º 34/XIII, sobre a definição dos atos do biólogo, enfermeiro, farmacêutico, médico, médico



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 47/XIII/ 2.ª SL

dentista, nutricionista e psicólogo, que baixou à Comissão por 60 dias, para nova apreciação na generalidade; n.º 38/XIII, sobre o tabaco, que baixou à Comissão por 60 dias, também para nova apreciação na generalidade. Foi deliberado constituir quatro Grupos de Trabalho, cuja coordenação, de acordo com a grelha em vigor na Comissão, caberá, respetivamente, ao PCP, PSD, PS e BE. Foi ainda solicitado que, até ao próximo dia 2 de novembro, todos os Grupos Parlamentares indiquem quais os Deputados que integrarão cada um dos GT.

O Presidente em exercício deu ainda conta do apelo, feito pelo PAR, na Conferência de Líderes que teve lugar no dia 19 de outubro, no sentido de que seja dado cumprimento aos prazos legais relativos às Petições, designadamente para a sua conclusão. Informou que o Serviço de Apoio à Comissão enviará a todos as pendências em Comissão.

2. Apreciação e votação das Atas n.ºs 45 e 46, respetivamente de 12 e 19 de outubro

As atas n.ºs 45 e 46, respetivamente de 12 e 19 de outubro, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

3. Discussão e votação do Parecer sobre a PPL n.º 36/XIII/2.ª, que «Aprova as Grandes Opções do Plano para 2017» - Autora do Parecer: Deputada Ângela Guerra

A Deputada Ângela Guerra apresentou o Parecer relativo à PPL n.º 36/XIII/2.ª, que aprova as GOP's, fazendo considerações de natureza geral e específicas na área da saúde, reservando a sua posição para plenário e concluindo que estão reunidas as condições para que a PPL seja apreciada em plenário, devendo este Parecer ser remetido à COFMA.

O Deputado António Sales cumprimentou a Deputada pelo seu trabalho, salientando que as GOP's dão continuidade às linhas programáticas do Governo, visando, nomeadamente, melhorar a organização do Estado e a governação do SNS, com medidas que visam a transparência e a redução de ineficiências, a igualdade e coesão nacional e a equidade no acesso aos cuidados de saúde. Informou que acompanhará o Parecer.

O Presidente em exercício colocou os considerandos e conclusões do Parecer à votação, os quais foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 47/XIII/ 2.ª SL

4. Discussão e votação do Parecer sobre a PPL n.º 37/XIII/2.ª, que «Aprova o Orçamento do Estado para 2017» - Autor do Parecer: Deputado João Gouveia

O Deputado João Gouveia apresentou o Parecer relativo à PPL n.º 37/XIII/2.ª, sobre o Orçamento do Estado para 2017, fazendo referência, nos considerandos, a diversas medidas setoriais, à despesa do Programa de Saúde e a múltiplas disposições aplicáveis ao SNS. Disse reservar a sua opinião para o Plenário e concluiu estarem reunidas as condições para apreciação da PPL em plenário, devendo este Parecer ser remetido à COFMA.

O Deputado Miguel Santos cumprimentou o Deputado pelo excelente trabalho feito, entendendo que este tornou claras as questões. Acompanhará o Parecer.

O Presidente em exercício colocou os considerandos e conclusões do Parecer à votação, os quais foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV

5. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 105/XIII/1.ª - Pretendem a «Criação do Dia Nacional da Anemia» - Relatora: Deputada Marisabel Moutela

Este ponto da Ordem do Dia foi adiado.

6. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 129/XIII/1.ª - «Pretende uma medida legislativa que obrigue a indústria alimentar a diminuir o açúcar nos alimentos» - Relatora: Deputada Isaura Pedro

A Deputada Isaura Pedro apresentou o Relatório Final da Petição n.º 129/XIII/1.ª, referindo o seu objeto, analisando as questões que esta suscita e dando conta das diligências levadas a cabo, designadamente da tentativa de falar com o peticionário, o que não foi possível uma vez que este vive nos EUA. Concluiu que este Relatório deverá ser enviado ao PAR, e dele ser dado conhecimento ao peticionário, ao Ministério da Saúde, à Direção Geral de Saúde e ao Diretor para a área da Promoção da Alimentação Saudável, arquivando-se a Petição.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou a Relatora, dizendo considerar pertinente este tema, que não pode ser desligado do acesso aos produtos saudáveis, que é condicionado pelas condições económicas, pois quem mais tem dificuldades menos acesso tem aos produtos saudáveis, porque estes são mais caros. Saudou o trabalho da Relatora e a tentativa de falar com o peticionário.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 47/XIII/ 2.ª SL

O Deputado António Sales manifestou a opinião de que é imperioso tomar medidas nesta área, pois uma pequena redução pode ter efeitos muito benéficos. Considera que há fortes pressões dos setores industriais da saúde, chamando a atenção para medidas que este Governo já tomou, tais como a proibição da venda de produtos nocivos nas escolas, unidades de saúde etc, e a proposta, no OE para 2017, da criação de uma taxa adicional em alguns produtos que não são saudáveis.

A Deputada Isabel Galriça Neto saudou o Relatório, dizendo acompanhar a preocupação com estas questões da nutrição, defendendo todavia uma ação pedagógica e não tanto por via de sanções. Entende que todas as propostas que possam ajudar a sensibilizar a população são boas.

A Deputada Isaura Pedro concordou com as observações feitas, agradecendo os contributos.

O Presidente e exercício colocou o Relatório Final à votação, o qual foi aprovado por unanimidade, com a ausência do PEV.

7. Discussão e votação do Parecer do «Relatório Anual de Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS e entidades convencionadas», referente a 2015 - Autor do Parecer: Deputado Miguel Santos

O Deputado Miguel Santos apresentou o «Relatório Anual de Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS e entidades convencionadas», começando por comentar que considera os resultados surpreendentes e que estes comprovam o contrário do que alguns andaram a afirmar sobre o desmantelamento e desinvestimento no SNS do anterior Governo. Deu vários exemplos de resultados positivos, em diversas áreas, acrescentando que até o atual Ministro da Saúde reconheceu que o trabalho do anterior Governo, no âmbito dos cuidados continuados, foi meritório. Em conclusão, disse entender que o Parecer se encontra em condições de ser publicado no DAR e remetido ao Ministro da Saúde para conhecimento e divulgação no âmbito do SNS, nos termos previstos no artigo 30.º da Lei n.º 15/2014, de 21 de março.

O Deputado António Sales cumprimentou o autor do Parecer, salientando que este Governo introduziu uma política de transparência e que não se pode ter uma visão redutora, olhando os números pelo ângulo mais conveniente. Lembrou as conclusões do Relatório do Observatório de Saúde, que chamava a atenção para várias



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 47/XIII/ 2.ª SL

deficiências. Considera que a escolha de alguns indicadores, bem como a sua análise numa ótica meramente assistencialista, pode não dar uma perspetiva correta.

A Deputada Isabel Galriça Neto felicitou o Deputado pelo trabalho rigoroso, que é factual, pensando que o Relatório corrobora que não é só quando o PS está no Governo que há bons resultados para os portugueses. Congratula-se assim com os resultados positivos, desejando que relativamente ao próximo Relatório possa dizer o mesmo, o que será bom para todos.

A Deputada Carla Cruz concordou com o facto de o Relatório ser factual, mas não pode deixar de registar que o autor do Parecer fez uma certa seleção da informação citada, pois não refere as promessas do anterior Governo que não foram cumpridas, como seja a de médico de família para todos. A verdade é que os portugueses foram sacrificados com cortes e reduções. A forma como o Deputado apresentou o Parecer pretende branquear a ação do anterior Governo.

O Deputado Falcato Simões acrescentou que o anterior Governo pretendeu reduzir as ajudas técnicas no Orçamento do Estado e contra isso se manifestou nessa altura, para que não acontecesse. Pensa, todavia, que mais importante do que saber quais as ajudas técnicas atribuídas é ver na execução orçamental quanto é que foi efetivamente gasto com elas.

O Deputado Miguel Santos fez algumas considerações sobre os comentários dos Deputados que usaram da palavra para se pronunciarem sobre o Parecer, realçando que o Parecer foi elaborado com base nos elementos constantes do Relatório de Acesso, sobre os números e dados que ele contém.

O Presidente em exercício colocou os considerandos, apreciação e conclusões do Parecer à votação, os quais foram aprovados, com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP e a abstenção do BE e do PCP, registando-se a ausência do PEV.

11:30 *Audiência da Associação Portuguesa de Fisioterapeutas para «Partilha de ideias sobre a saúde e o papel da Fisioterapia em Portugal»*

O Presidente em exercício apresentou a Delegação da Associação Portuguesa de Fisioterapeutas, integrada pelos fisioterapeutas Emanuel Vital, Pedro Rebelo e Isabel Souza Guerra e pelo Dr. Luís Filipe Camejo.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 47/XIII/ 2.ª SL

Usou da palavra o fisioterapeuta Emanuel Vital para agradecer a realização desta audiência, dizendo que o primeiro propósito é obter apoio para a regulação do exercício da profissão.

De seguida, a fisioterapeuta Isabel Souza Guerra mencionou as questões principais que preocupam a Associação, e que se relacionam com o desejo de regulação da profissão, ao nível das ordens profissionais, tal como acontece em muitos países europeus, pois a atividade da fisioterapia está reconhecida e regulada em Portugal desde 1999 e tem 10 000 profissionais, número que está em crescimento.

O Deputado Miguel Santos cumprimentou a Associação, dizendo que o PSD tem acompanhado esta problemática e conhece as preocupações de que deram conta. Pensa que a profissão está em franco desenvolvimento e em valorização social e que é indiscutível o contributo que dão na área da saúde. Colocou questões sobre a criação da ordem, o exercício da profissão em regime de atividade liberal e ainda perguntou qual a opinião que têm sobre a Proposta de Lei n.º 34/XIII, que define os atos em saúde, relativamente a sete ordens profissionais, mas que não prevê os fisioterapeutas.

O Deputado António Sales evidenciou a importância da atividade dos fisioterapeutas, que tem uma identidade e saber próprios, o que determina a autonomia da profissão, que está aliás reconhecida. Perguntou que razões apresentam para necessidade da criação da ordem, que demandas fizeram, que nível de profissão ilegal existe, qual a posição da ACSS e como vêm a importância da definição do ato em saúde.

A Deputada Isabel Galriça Neto lembrou que têm sido recebidos contributos dos fisioterapeutas para a definição do ato em saúde e que o CDS-PP sempre tem acompanhado esta temática, tendo sido o único Partido a apresentar uma iniciativa propondo a criação da Ordem dos Fisioterapeutas, prometendo dar continuidade a essas iniciativas. Perguntou o que pensam que pode o Parlamento fazer para ajudar a credibilizar esta atividade.

A Deputada Carla Cruz deu conta da posição do PCP, que é a de que a criação de ordens deve ter carácter excecional e que a regulação e acesso a profissões são da competência do Governo. Questionou sobre os problemas com que se confrontam relativamente à regulamentação, que cabe à ACSS, sobre a necessidade de reforço dos fisioterapeutas no SNS nas áreas de reabilitação e prevenção e sobre se deviam ser previstos os atos dos fisioterapeutas nos atos em saúde.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 47/XIII/ 2.ª SL

Os fisioterapeutas Emanuel Vital e Isabel Souza Guerra prestaram os esclarecimentos solicitados, salientando que tem havido um esforço para otimizar e potenciar o trabalho dos fisioterapeutas e aproximar a realidade portuguesa das boas práticas europeias. Com a regulamentação da atividade poderiam ser reduzidos custos nos internamentos e na prestação de cuidados no domicílio. Solicitaram audiência ao Secretário de Estado Fernando Araújo, que perguntou como estava o processo da ordem, reconhecem o trabalho do CDS-PP em prol da sua criação e consideram haver espaço para vir a integrar os fisioterapeutas na PPL. Foi salientado que a fisioterapia atua a nível dos cuidados de saúde primários, a nível dos convencionados, mas também nos cuidados continuados e paliativos, não havendo controlo nos serviços privados. A ACSS limita-se a emitir uma cédula profissional, para toda a vida, e não deveria ser assim pois é necessário ir avaliando as competências. A verdade é que continua a existir o exercício ilegal da fisioterapia e a formação é fundamental.

O Presidente em exercício agradeceu as informações aqui trazidas e desejou um bom trabalho aos novos órgãos sociais.

A reunião foi encerrada às 12:40 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação/vídeo da audiência ser acedida através deste link:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1387&title=audiencia-da-associacao-portuguesa-de-fisioterapeutas>

Palácio de São Bento, 26 outubro 2016.

O VICE- PRESIDENTE

(Moisés Ferreira)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 47/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcato Simões
José António Silva
Luís Graça
Luís Soares
Luísa Salgueiro
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro
Laura Monteiro Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José de Matos Rosa
Maria Antónia de Almeida Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Luís Vales